

Itamar diz que governo cumprirá decisão judicial

SÔNIA SILVA

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco informou ontem por intermédio do seu porta-voz, Fernando Costa, que "o governo cumprirá a decisão do Supremo Tribunal Federal" que suspendeu os efeitos da Medida Provisória sobre as mensalidades escolares. De acordo com o assessor do Palácio do Planalto, o presidente só comentará a decisão após publicação do acórdão no *Diário de Justiça*. "O presidente se reserva o direito de comentá-la após a publicação do acórdão para conhecer os motivos da decisão", explicou Costa.

O ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero, evitou fazer comentários. "A questão está afeta, primeiro, ao Supremo Tribunal Federal e depois ao Legislativo; não cabe a mim, um ministro do Executivo, se manifestar sobre o assunto."

Antes mesmo do final da sessão, os representantes de escolas particulares já comemoravam a suspensão dos efeitos da Medida Provisória. A União Nacional dos Estudantes (UNE) prometeu reagir. "Prevaleceu a defesa do estado de direito", afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), Roberto Dornas. Segundo ele, 80% das 35 mil escolas particulares brasileiras já haviam feito a conversão das mensalidades em URV nos mesmos moldes do que foi feito com os salários. "Essa é a proposta que a Confenen vai defender no Congresso Nacional", explicou. Hoje, termina o prazo para que os parlamentares analisem a Medida Provisória, mas o relator, deputado Paes Landim (PFL/PI), deverá propor uma negociação para a conversão dos valores em URV.

De acordo com Dornas, a maioria das escolas fez a conversão cumprindo a lei 8.170, que voltou a vigorar a partir da decisão do STF. A lei estipula que em janeiro o valor da mensalidade é fixado na matrícula e, até julho, as escolas podem reajustar mensalmente os valores aplicando 70% do aumento concedido aos professores. Em agosto, a lei prevê recuperação de 30% da inflação de janeiro a julho. "As escolas que seguem a lei não precisam se preocupar, com a decisão do STF, vale o que está em vigor", afirmou Dornas, aconselhando os pais a se rebelarem contra abusos cometidos.